



## INSTITUTO IUNGO E O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA (PV) NO PROCESSO DE SUBSUNÇÃO DO TRABALHO<sup>1</sup>

IUNGO INSTITUTE AND THE LIFE PROJECT (PV) CURRICULAR COMPONENT IN THE LABOR SUBSUMPTION PROCESS

Guilherme Luiz Formigheri Fua de Lima<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-4898-1840>

Priscila Monteiro Chaves<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3986-6157>

Murillo Rodrigues Paes<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0009-0001-9972-5815>

### Resumo:

Na esteira do avanço dos aparelhos privados de hegemonia (APH) organizando a educação pública brasileira nas últimas décadas, o presente escrito examina a atuação do Instituto iungo (Belo Horizonte), aparelho que vem organizando o currículo do Novo Ensino Médio (NEM) especialmente para o componente curricular Projeto de Vida (PV) no estado de Santa Catarina. Abordamos a posição social do instituto, as elaborações de seus intelectuais orgânicos e a influência anglófona da sua ideologia, traçando paralelos com as prerrogativas dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dessa apreciação depreende-se que o PV consiste em uma moralização para a classe trabalhadora, direcionando um rudimentar planejamento da vida individual, com forte apelo às habilidades socioemocionais, no interior dos limites mais restritos do atual padrão de dominação de classes pautado na relação de exploração capital-trabalho.

**Palavras-chave:** Instituto iungo; Projeto de Vida; Educação moral.

<sup>1</sup> Estudo vinculado ao projeto Formação de professores para o capital, plataformação e a refuncionalização da escola, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), Edital FAPES 28/2022 – Universal. (Nº FAPES: 944/2023 - P:2023-P485Z, Nº SIAFEM: 2023-P485Z).

<sup>2</sup> Mestre e doutorando em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória-ES, Brasil.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória-ES, Brasil.

<sup>4</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória-ES, Brasil.

### **Abstract:**

In the wake of the rise of private hegemonic apparatuses (APH) organizing Brazilian public education in recent decades, this paper analyzes the work of the iungo Institute (Belo Horizonte), which has been organizing the New High School (NEM) curriculum, particularly for the Life Project (PV) curricular component in the state of Santa Catarina. We address the institute's social position, the elaborations of its core intellectuals, and the Anglophone influence of its ideology, drawing parallels with the prerogatives of multilateral organizations, especially the World Bank (WB) and the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). From this analysis, it can be inferred that the PV consists of a moralization for the working class, directing rudimentary individual life planning, with a strong appeal to socio-emotional skills, within the strictest limits of the current pattern of class domination based on the capital-labor exploitation relationship.

**Keywords:** iugo Institute; Life Project; Moral education;

## **INTRODUÇÃO**

As organizações da sociedade civil burguesa já receberam uma porção de alcunhas em sua acelerada carreira: como “não governamentais”, “sem fins lucrativos”, “filantrópicos”, “de responsabilidade social”, e mais recentemente foram renomeadas OSC – Organizações da Sociedade Civil (Ipea, 2020). Pelo quadro histórico em que evoluem, pela função que cumprem e o teor de classe com que são dirigidas, permitem ser definidas de modo mais elucidativo como *aparelhos privados de hegemonia* (APH) (Gramsci, 2024b). Essa morfologia configura uma nova racionalidade de governo que integra metas de inflação, superávit primário e balança comercial flutuante, articulando-se às reformas gerenciais do Estado.

Levando em conta a importância do trabalho cultural para a construção da hegemonia (Martins; Neves, 2021), esse movimento progride de tal modo que permite uma variedade de tarefas na atualização dos consensos, em praticamente todos os âmbitos da vida social, que se caracterizam como respostas mais céleres da burguesia para necessidades de atualização dos processos de acumulação neste tempo histórico (Martins; Pires; Lopes, 2024), uma vez que:

[...] as idéias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: têm um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou mesmo uma única individualidade que os elaborou e apresentou na forma política da atualidade (Gramsci, 2024b, p. 72-3).

Encontramos, sem muita dificuldade, o mesmo compasso dos APH nas orientações dos organismos multilaterais e agências internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Decker; Evangelista, 2019). Com a contrarreforma do ensino médio não é diferente (Felisberto Costa; Mueller, 2024). Essa tem se mostrado *perene*, mantendo sua herança a despeito da mudança do executivo federal. Promulgada no baixar das cortinas do governo de Michel Temer (MDB) e implementada alhures durante o governo Bolsonaro (PL) – porque a responsabilidade foi

descentralizada para os executivos estaduais; após algum burburinho segue no terceiro governo Lula da Silva (PT), ainda que a pressão dos setores progressistas tenha operado uma pequena mudança através da nova lei nº 14.945/2024, que traz alterações paulatinas a partir de 2025.

De todo modo, uma carga de no mínimo 600 horas de itinerários formativos foi mantida, podendo chegar a 1.200 horas na formação técnica e profissional. Diante disso, é muito provável que tropeçemos no Projeto de Vida por um longo tempo, o suficiente para se fazer notar o peso político que os organismos multilaterais, em associação com certas frações da burguesia nacional, depositaram nesse intento. Não é para menos que o projeto particularista de vida avança para a mais tenra idade nas redes municipais de ensino, sendo implementado já nos anos iniciais do ensino fundamental em algumas redes de ensino.<sup>5</sup>

No caso brasileiro, a emergência das organizações privadas que atuam na educação evidencia um processo alargado de contenção social, com a garantia de direitos sociais organizados de tal forma que servem para o fortalecimento da reprodução social burguesa. “O Estado não deixou de ser responsável por oferecer serviços públicos à população, mas se alterou a concretização dessa responsabilidade” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 23). Observa-se, nos currículos, a despolitização da desigualdade, acompanhada de uma repolitização individualizada das diferenças de origem, deslocando conflitos estruturais para dimensões morais e comportamentais.

No estado de Santa Catarina, a contrarreforma do ensino médio também avançou em parceria com APHs. No presente trabalho, nos atemos especialmente à atuação do Instituto iungo<sup>6</sup>, grupo de Belo Horizonte criado em 2020, ligado ao Instituto MRV que, por sua vez, é atrelado à MRV Engenharia: grande construtora e incorporadora que enriqueceu construindo residências populares do programa *Minha Casa Minha Vida*. Esse instituto possui atuação conjunta com outros APHs, lançando recentemente com o Instituto Reúna e o Itaú Educação e Trabalho<sup>7</sup> o programa “Nosso Ensino Médio”<sup>8</sup>, voltado à formação de professores e gestores com o objetivo de implementar as mudanças curriculares do NEM.

<sup>5</sup> Em outubro de 2024 ocorreu o Seminário *Projeto de Vida - 2024: Conectando Saberes e Sonhos*, promovido pela Secretaria de Educação de Vitória-ES (Seme). O Seminário reuniu aproximadamente 300 profissionais, incluindo professores de Projeto de Vida, diretores e pedagogos, para proporcionar a socialização das experiências pedagógicas desenvolvidas no componente curricular para o Ensino Fundamental desde os anos iniciais do primeiro ciclo. Cf. <https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/projeto-de-vida-educacao-reune-profissionais-para-refletir-sobre-o-componente-curricular-51812>. Diversas iniciativas têm introduzido o componente curricular PV precocemente no Ensino Fundamental, como pode ser visto no documento do Governo Estadual do Pará. Cf. [https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/saeb/Projeto\\_de\\_Vida\\_-\\_EFAF-b8b78.pdf](https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/saeb/Projeto_de_Vida_-_EFAF-b8b78.pdf). Acessos em: 10 set. 2025.

<sup>6</sup> Em uma manifestação de rede social, o Instituto se apresentou da seguinte forma: “iungo, em latim, significa reunir, atrelar, unir aos pares. E é com letra minúscula mesmo, porque mais que ter um nome próprio, queremos estar em constante construção coletiva com os educadores do Brasil. Ser próximos, conversar de igual para igual, crescer junto com vocês” (Iungo, s.d., s.p.).

<sup>7</sup> “A Fundação Itaú para Educação e Cultura, criada em 2019, agrupa às antigas instituições Itaú Social e Itaú Cultural, a sua mais nova frente do Itaú, Educação e Trabalho” (Catini, 2021a, p.93).

<sup>8</sup> Disponível em: [nossoensinomedio.org.br](http://nossoensinomedio.org.br). Acesso em: 16 nov. 2024.

O iungo tem como financiadores o Movimento Bem Maior e o Instituto MRV. Ambos aparecem como mantenedores do Todos Pela Educação (TPE), o último pelo menos até 2021, e o Movimento Bem Maior prossegue até então. Dessa forma, é correto dizer que, ao investigarmos a atuação do iungo, também estamos falando a respeito do TPE: maior aparelho de hegemonia organizador das iniciativas burguesas na educação brasileira e de outras formas de organização da juventude pelo capital.

Cabe, por fim, ressaltar, em que pese o fato da formação de professores estar sendo financiada diretamente pelas corporações empresariais por via de APHs, supostamente “sem custo algum” para o poder público, nada tem de estranho se considerarmos as relações orgânicas entre capital e Estado. E não somente pelo fato de as deduções tributárias e outros mecanismos de abatimento fiscal permitirem canalizar os recursos do fundo público para essas iniciativas. Nesse sentido, diante do caráter de classe do Estado, nossa escolha pela categoria analítica gramsciana se justifica pois, referir-se a esse tipo de sociabilidade do capital apenas como parcerias público-privadas (PPP) nos parece indicar mais acerca de determinadas mudanças na aparência do funcionamento dos serviços públicos, na sua normatização jurídica, do que pôr em evidência a própria natureza do Estado (composto por sociedade política e sociedade civil), que necessita desses aparelhos para engendrar sua função própria na relação de exploração capital-trabalho.

Por conta disso, resta insuficiente (ou mesmo mistificadora, em determinados momentos), para explicar o movimento abrangente do Estado Integral (Gramsci, 2024b), nos restringirmos a categorizações que não tensionam sua própria razão de ser e que podem induzir a uma concepção restrita, normativa e legalista desse mesmo Estado, forjada no interior do pensamento liberal e, em outros casos, assumindo limites keynesianos. Uma certa caracterização do Estado não pelo que é, mas por aquilo que pretendemente passaria a ser por um desenvolvimento “lento, gradual e seguro” de reformas, tem nos empurrado a propostas políticas que têm resultado “[...] em profundos equívocos que não poderão abrir novos caminhos de intervenção e transformação da realidade viva, mas, ao contrário, tenderão ou a consolidar a situação existente, ou a produzir alternativas inviáveis” (Bambirra, s.d., s.p.).

## **ACERCA DO INSTITUTO IUNGO**

Nesta seção, mapeamos as relações do iungo, enquanto APH, com a iniciativa privada, explicitando financiadores, parcerias e produtos curriculares, buscando compreender parte de suas dinâmicas e determinações (Williams, 2007). No que compete ao teor classista dessa contrarreforma, de forma exploratória procuramos conhecer as “escolas modelo” da rede estadual de Santa Catarina. Nesse estado, parte da implementação foi conferida ao Instituto iungo. Abordamos nesta seção as relações do referido APH com a iniciativa privada.

A MRV Engenharia e Participações S/A é uma gigante da construção civil sediada em Belo Horizonte, que realizou abertura de capitais na bolsa de valores em 2007. Apresentou há poucos anos “[...] a maior geração de caixa de sua história, atingindo R\$307 milhões no terceiro trimestre de 2020. O montante total vendido no período foi de R\$1,9 bilhão, alta de 41,1% em relação ao mesmo intervalo do ano passado e de 8,3% no comparativo com o trimestre anterior” (Lide, 2020).

A empresa tem como fundador Rubens Menin Teixeira de Souza, cujo mais novo negócio é o canal televisivo CNN Brasil. O empresário detém patrimônio líquido que varia em torno dos 2 bilhões USD, segundo a revista Forbes, e foi denunciado pelo caso Pandora Papers como participante de remessas de lucro em paraísos fiscais no modelo *offshore*.

A construtora foi uma das maiores beneficiárias do programa *Minha Casa Minha Vida*, criado em março de 2009 pelo governo Lula. “No último trimestre de 2018, por exemplo, a empresa participou de 59% no total de lançamentos das faixas 2 e 3 do programa. De 2008 a 2017, 77,8% dos lançamentos da empreiteira foram dentro do Minha Casa Minha Vida” (Maciel, 2019, s. p.). A empresa foi processada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) em 2019 “[...] por falhas graves na construção de 11 prédios do programa Minha Casa Minha Vida em Londrina” e ainda “[...] em São Paulo o TJ (Tribunal de Justiça) registra mais de 40 mil ações envolvendo a construtora” (MP-PR, 2019).

Em 2014, a empresa foi flagrada pela quinta vez utilizando trabalho escravo em suas obras, por conta disso chegou a ser incluída na “lista suja do trabalho escravo”, mantida, à época, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, fato que, numa ocasião anterior, em 2012, fez a Caixa Econômica suspender temporariamente o repasse de crédito à MRV.

Tráfico de pessoas, servidão por dívida, condições de alojamento e alimentação degradantes. Segundo relatório feito por cinco auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e declarações do procurador Marcelo José Fernandes, do Ministério Público do Trabalho (MPT), 118 trabalhadores estavam submetidos a tais violações e foram resgatados da escravidão em uma obra da construtora MRV em Macaé (RJ) (Maciel, 2019, s. p.).

Ainda segundo o relatório de fiscalização, a relação estabelecida com os empregados no canteiro de obras da MRV foi então reconhecida como “[...] ‘assentoramento’ moderno, ou servidão por dívida, pois o aliciamento havia sido feito com cobrança pelo emprego e falta de indenização com alimentação no translado. ‘As dívidas foram induzidas em razão da cobrança por transporte [...], hospedagem e alimentação’” (Maciel, 2019, s. p.).

Em seu site lemos que o Instituto MRV “[...] desde 2014, promove a transformação social por meio de programas educacionais para crianças, jovens e educadores [...]” tendo quatro “pilares de atuação”: MRV Voluntários; Educar para Transformar; Seu filho, nosso futuro; e por fim Instituto iungo (Instituto MRV, s. d.). Em um relatório de atividades de 2018 afirmam manterem-se exclusivamente com recursos da MRV, destinando 1% de seu lucro líquido para o Instituto (Instituto MRV, 2018).

A partir da demonstração financeira disponível em seu site, em 2020, ano de início das atividades do iungo, a construtora MRV transferiu ao Instituto MRV a quantia de R\$6.902.215,00 desses, exatos (e curiosos) R\$2.999.998,00 foram destinados ao Instituto iungo, tendo transferido ao iungo, no ano anterior, cerca de um terço desse valor. Conforme o relatório, também em 2020 cessa a transferência do Instituto MRV ao Movimento Bem Maior, também mantenedor do Instituto iungo, tendo no ano anterior transferido a este o valor de R\$870.000,00 (Instituto MRV, 2020).

Para compreendermos uma parte dessa forma de atuação burguesa na educação pública, recorremos aos referenciais que não dissociam a reprodução econômico-social da produção de hegemonia política, cultural e ideológica. Isto é, estamos tratando da

[...] capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social (Acanda, 2006, p. 178).

O trânsito relativamente desimpedido do exercício da hegemonia reúne aparelhos privados, instituições e intelectuais orgânicos que estabelecem aproximações em torno de objetivos táticos comuns, atuando enquanto *frentes móveis de ação* (Dreifuss, 2006), com arranjos que se formam e desfazem de acordo com as oportunidades abertas pelas condições políticas, em uma relação mais pragmática que programática – todavia isso não quer dizer que não tenham um programa político maior mais ou menos definido.

Essa liberdade das organizações privadas, em acepção gramsciana – i.e. liberdade na defesa dos interesses da classe dominante, e às vezes isso significa tolhimento da “inventividade” dos intelectuais asseclas –, nos obriga, necessariamente, a conceber o Estado como ele é: uma totalidade de práticas políticas e racionalizações jurídicas com as quais a burguesia justifica e conserva seu domínio, ao mesmo tempo em que logra perenidade no consenso dos subalternos (Gramsci, 2024b).

No caso de Santa Catarina, o site da Secretaria do Estado da Educação (SED-SC, s. d.) informa que “[...] a Proposta de Educação Integral para o Ensino Médio teve início em 2017 e conta com parceria do Instituto Ayrton Senna e apoio do Instituto Natura”, dois APHs vocacionados à formação docente. No mesmo endereço eletrônico, consta que “[...] 15 escolas já estão participando da implementação dessa proposta, com aulas em período integral [...]”, tendo formações continuadas com o apoio do Instituto Ayrton Senna. A respeito da relação entre iungo/SED-SC, que avançou planejadamente a passos largos em 2020, temos que:

No segundo semestre de 2020, o trabalho conjunto entre iungo e SED-SC está voltado à formação de 363 professores e gestores das 120 escolas-piloto do Novo Ensino Médio, para que eles realizem a concepção colaborativa de 25 Componentes Curriculares Eletivos, que serão vivenciados por cerca de 20 mil alunos de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries do Ensino Médio em 2021 (Iungo, s. d., s. p.).

Na vereda da flexibilização<sup>9</sup>, coloquemos brevemente as lentes sobre os intelectuais que dão homogeneidade a esse aparelho, participando das ações do instituto. Em afinidade com a função essencial no mundo da produção econômica, levada à frente pelos mantenedores do iungo,

---

<sup>9</sup> Segundo Mészáros (2007), a ideia da flexibilização constitui um “[...] dos mais estimados lemas das ‘personificações do capital’ hoje, tanto no comércio quanto na política [...]” e seu uso expõe o intento de que tudo que vem junto com ela seja progressista. “Na verdade, porém, incorporam as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, que se alegam ser tão louváveis a todo ser racional” (Mészáros, 2007, p. 148).

esses intelectuais fazem parte daqueles que enfocam a tarefa docente essencialmente como mediação em sala de aula e, sobretudo, mediação de conflitos.

“O professor precisa ser mediador de conflitos de interesses, porque o interesse dos alunos é divergente dos da escola. Sem mediar esse conflito, não há boa metodologia. Não adianta propor a resolução de um problema que seja um problema do professor, e não um problema do aluno [...]”, orientou Nilson Machado, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) (Alvarez, 2021, s.p.)<sup>10</sup>. Nesse mundo de interesses eminentemente conflitantes, as intervenções do andar de cima prosseguem.

## BANCO MUNDIAL E OS “INCENTIVOS PESSOAIS DE INTERESSE PRÓPRIO”

No início da obra intitulada *Projeto de Vida: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais* (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020), de coautoria de Valéria Arantes, professora da USP e intelectual orgânica do iungo; percebemos a forte filiação do conceito de projeto de vida à logoterapia e ao que se denominou de Psicologia Positiva, com interesse especial na “construção positiva do psiquismo humano”. Essa última tendo como um de seus representantes mais conhecidos o psicólogo e ex-presidente da Associação Americana de Psicologia, Martin Seligman.

Apontamos, a título de nota, que a psicologia positiva se trata de uma teorização imbricada no contexto socioideológico do modo de vida estadunidense, com todas as implicações que advêm desse americanismo tardio. Ilustrativo disso é, dentre outras coisas, o próprio vocábulo “projeto de vida” ser uma tradução do termo em inglês “*purpose*”, cunhado pelo William Damon (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p.11).

Oportunamente, antes de tratarmos do Projeto de Vida em si, trazemos para discussão o documento elaborado pelo Banco Mundial intitulado *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015: Mente, Sociedade e Comportamento* (Banco Mundial, 2015), cuja “[...] principal mensagem é que, quando se trata de entender e mudar o comportamento humano, sempre podemos fazer melhor” (p. 5). Nesse documento são enfocados os aspectos individuais (sociais e psicológicos) da tomada de decisão das pessoas, com o intuito de continuar com maior assertividade a implementação de programas de desenvolvimento, isto é, intervenções em comunidades e territórios com vistas à implementação da agenda internacional.

No excerto abaixo transcorre uma concepção de ser humano compreendido como “maleável e emotivo”, o que sugere ser suscetível a abordagens não mais apenas cognitivas, mas *socioemocionais*.

Os indivíduos não são autômatos calculadores. Ao contrário, as pessoas são atores maleáveis e emotivos cuja tomada de decisão é influenciada por indicações contextuais, redes e normas sociais locais e modelos mentais compartilhados. [...] As novas ferramentas baseadas nessa plena consideração dos fatores humanos

<sup>10</sup> Manifestações provenientes de participação no 1º Congresso Brasileiro de Metodologias Ativas na Educação Básica, que ocorreu entre 9 e 12 de outubro de 2021, tendo o Instituto MRV como Patrocinador Master e cuja realização foi do Instituto iungo, do Núcleo de Pesquisas em Novas Arquiteturas Pedagógicas da Universidade de São Paulo (NAP/USP) e a PANPBL – Association of Problem-Based Learning and Active Learning Methodologies. Disponível em: <https://educacaoativa.panpbl.org/>. Acesso em: 30 out. 2023.

não deslocam enfoques de políticas existentes baseados em afetar incentivos pessoais de interesse próprio; ao contrário, complementam e aperfeiçoam (Banco Mundial, 2015, p. 3).

A estratégia é até certo ponto conhecida: a influência não advém pelo “simples convencimento racional”, mas por uma forma de discurso apelativo aos “afetos” e mesmo aos “desejos”, buscando cada vez mais por aproximar do discurso ético-político uma dimensão “estética” – retirando ao mesmo tempo, dessa dimensão, qualquer resquício de serenidade.

O novo interesse pela cognição e pela psique humanas continuam a tarefa de “afetar incentivos pessoais de interesse próprio”, assim como as demais políticas que antes consideravam a mente humana uma “caixa preta”, como se afirma no documento. Os “atores maleáveis e emotivos” não são mais aqueles que “[...] considerem todos os custos e benefícios possíveis de uma perspectiva de interesse próprio e então tomem uma decisão consciente e racional” (Banco Mundial, 2015, p. 3), assim se insere a integralidade dos sujeitos, trazendo à tona a parte emotiva em oposição à “decisão coerente e racional” vinculada ao sempre presente “interesse próprio”.

Afirma o documento: “[...] toda pessoa procura determinar o próprio caminho, e grande parte da política de desenvolvimento visa a fornecer os recursos e informações que as pessoas de economias de baixa e média renda necessitam em sua própria trajetória de vida” (Banco Mundial, 2015, p. 2). Caso as pessoas não pensem suficientemente no interesse próprio, característica que ganha contornos de uma espécie de desleixo, há possibilidade de intervenção complementar, como já reiterado, a fim de “afetar incentivos pessoais de interesse próprio”.

Após perceber a inserção emocional como proposta de intervenção direta (Pronko, 2019), observamos o interesse pela “trajetória de vida”, cujo Banco Mundial visa fornecer “recursos” e “informações” para cada pessoa aprender a trilhar o próprio caminho – ou mais concretamente, trilhar o caminho por conta própria. Identificamos aqui a inserção da projeção e planejamento individuais de vida relacionados às intervenções emocionais, do “indivíduo emotivo e maleável”<sup>11</sup>. O processo de identificação com as experiências de êxito pessoal e as histórias de vida de sucesso, que “ilustram” os materiais pedagógicos do iungo, conformam um novo aparato curricular – por imagens, identificação, estetização.

---

<sup>11</sup> A identificação emocional consiste, para o BM, em um recurso pedagógico para “mudar o modelo mental – a crença do que é possível para o futuro”, vinculando mais uma vez à intervenção emocional, a projeção individual da vida futura. “Em 2010, famílias selecionadas aleatoriamente foram convidadas a assistir vídeos inspiradores compostos de quatro documentários de indivíduos da região contando relatos pessoais sobre como melhoraram sua posição socioeconômica mediante o estabelecimento de metas e o trabalho árduo. Seis meses depois as famílias que tinham assistido aos vídeos inspiradores tinham feito uma poupança total mais alta e, em média, tinham investido mais na educação dos filhos. As pesquisas revelaram que os vídeos tinham aumentado as aspirações e esperanças das pessoas, especialmente para o futuro educacional dos filhos [...]. O estudo ilustra a capacidade de uma intervenção para mudar o modelo mental – a crença do que é possível para o futuro” (Banco Mundial, 2015, p. 4). Em vistas da dificuldade de prever as respostas sociais às intervenções do BM, “[...] os processos de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento se beneficiarão de diagnósticos mais substanciosos de motivadores do comportamento [...]”, aqui percebemos um forte apelo às ferramentas diagnósticas das condições emocionais, o que pode ter influenciado as tentativas de avaliação em larga escala das competências socioemocionais.

## INTELECTUAIS ORGÂNICOS E INFLUÊNCIA ANGLÓFONA

A fim de mapear as influências teóricas e o teor geral das discussões, bem como tornar evidentes os conceitos principais usados pelos intelectuais orgânicos do Instituto iungo, tomamos mais uma vez por base o livreto intitulado *Projetos de Vida: Fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais* (2020), de autoria de Ulisses F. Araújo<sup>12</sup> (USP), Valéria Amorim Arantes de Araújo (USP) e Viviane Pinheiro (USP). O interesse por essa obra ocorre principalmente pela participação de Valéria Arantes, que figura largamente nos materiais sobre PV disponíveis no site do iungo, o que indica se tratar da principal organizadora do PV atuante no Instituto.

Esses dois intelectuais, Arantes e Araújo, ambos com extensa formação em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), viajaram à Califórnia-EUA em 2008 com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa de Estado de São Paulo (Fapesp), passando seis meses como professores visitantes na Universidade de Stanford, trabalhando no *Stanford Center on Adolescence* sob os cuidados dos professores William Damon e Anne Colby, retornando em 2016 por mais seis meses para novos estudos.

Provavelmente nesse momento estabeleceram maior contato com o termo *purpose* (propósito, numa tradução direta), que em seus trabalhos traduziram por “projeto de vida”, o que foi justificado por Araújo no prefácio do livro de William Damon, publicado no Brasil em 2009 sob o título *O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes* (Damon, 2009), obra “[...] que busca compreender os valores da juventude contemporânea na perspectiva do que vem sendo chamado de psicologia positiva” (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p.10).

Os autores passam a afirmar que o segredo dos jovens bem-sucedidos consiste em que tenham fortes projetos de vida, uma vez constatado a presença de muitos jovens “[...] ‘sem rumo’, hesitando em se comprometer com papéis que definem a vida adulta [...] que denominamos, no Brasil, ‘nem-nem’” (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p. 24). A influência anglófona ganha importância ao nos depararmos com uma filiação conceitual diretamente ligada à psicologia positiva estadunidense, como mostrado no excerto abaixo retirado da introdução do livro:

Mas qual é o significado de projeto de vida? Araújo explica que *purpose* pode ser traduzido para o português como “Propósito: a) desígnio, intento, intenção. B) sentido, objetivo, finalidade” [...]. Dessa tradução, a definição mais próxima do que se pode entender em português para o trabalho educativo com base na psicologia é “sentido, objetivo, finalidade”. Por isso, Araújo entende que o significado mais próximo do que foi descrito por Damon e outros autores para *purpose* seja “projeto” (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p. 11).

<sup>12</sup> De 2003 a 2009 Araújo foi consultor do Ministério da Educação para o Programa “Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade”, implantado nos 27 estados brasileiros. Entre os anos de 2010 e 2014 criou e coordenou a formação de mais de 2.700 professores no Estado de São Paulo por meio dos cursos de especialização em “Ética, valores e cidadania”, no âmbito da parceria entre a USP e a UNIVESP, com um modelo híbrido que articula tecnologias digitais com metodologias ativas de aprendizagem, o que justifica, em certa medida, a condução do projeto de vida se aproximar em vários aspectos de uma educação de valores.

Ainda na introdução, o texto faz referência de longe a Ortega y Gasset, aludindo a uma concepção um tanto naturalista e afirmando que a própria consciência humana pressuporia uma ação projetada, alguma meta prefigurada em uma configuração moral. Não sendo algo banal, mas pressupondo “[...] um desejo de fazer a diferença no mundo [...]” (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p. 12), se tal projeto tiver um “alcance social”, pode ser considerado nobre, caso contrário, se for “[...] contra o interesse de alguns ou da sociedade, pode ser considerado antissocial” (p. 12).

Os autores afirmam que essa é a ponte para amarrar os projetos de vida à “[...] visão atual de cidadania” (p. 12), que visa “transformar o mundo” e “apoiar a construção de habilidades necessárias para a vida no séc. XXI”, sendo o PV um “[...] pano de fundo, guiando objetivos e metas para um futuro mais imediato” (p.13). Há, como se pode ver, uma contenção para blindar o “tudo vale” em termos de projeto de vida. Nessa tentativa de contenção, aproxima-se o PV de outros modos de discurso bastante conhecidos e pretensamente neutros, como é o caso do debate acerca da cidadania.

Além disso, surge uma relação com a máxima comumente encontrada nos documentos atuais de política educacional: “habilidades para o séc. XXI”, expressão que abstrai aspectos os mais importantes da conjuntura social ampla, substituindo essa – de crise, diga-se de passagem –; pelo próprio projeto de vida individual como “pano de fundo” que coaduna as ações do dia a dia. Há, com isso, uma tentativa de substituição de uma orientação ontológica por uma orientação individual, psicológica e moral da prática social.

Os autores defendem que o projeto de vida ganha sentido renovado com o surgimento da psicologia positiva nos anos 2000, que se dedica a estudar a “[...] natureza psicológica positiva humana [...]” (p. 21) com base em cinco elementos, em forma de lista, que compõe o acrônimo PERMA:

PERMA em inglês: emoções positivas (*positive emotions*), engajamento (*engagement*), relacionamentos positivos (*relationships*), sentido de vida (*meaning*) e realização pessoal (*accomplishments*). Nessa concepção o bem-estar é um construto complexo, resultado da combinação de: sentir-se bem; sentir-se engajado em suas atividades; ver um sentido na vida; ter bons relacionamentos interpessoais; realizar-se pessoalmente (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p. 21-2).

Ao centralizar a satisfação (individual) com a vida e o bem-estar psicológico (autônomo), o PV reconfigura finalidades educacionais sob o léxico da eudaimonia<sup>13</sup> (p. 23), termos caros a uma ética das virtudes advinda da filosofia grega antiga. “Uma ética das virtudes adota, portanto, a perspectiva de que o Bem na vida humana se baseia não somente na prescrição das moralidades legalistas, mas também na busca da eudemonia” (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p. 22).

Pelo teor da abordagem individualizante, o convite à ação “independente”, a panaceia do sucesso e da felicidade etc., é difícil não se intuir a mais famosa imagem dos nossos dias, a do

<sup>13</sup> Termo grego que literalmente significa “[...] o estado de ser habitado por um bom daemon, um bom gênio”. Em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar” (Abbagnano, 2012, p. 507).

livre produtor individual, o *quantum social* que se desenvolve conjuntamente à forma social da propriedade privada na reprodução do capital. Os autores, na passagem abaixo, remetendo às suas referências, ilustram o engodo do sucesso individual.

Ter um projeto de vida é um dos aspectos fundamentais não apenas para garantir resiliência no enfrentamento de problemas do cotidiano e para manter a saúde mental, mas também para prosperar e ser bem-sucedido em todos os aspectos da vida. Mostram, ainda, a importância da associação entre projeto de vida, crescimento pessoal e autoimagem positiva para a construção do bem-estar e a busca da felicidade (Araújo; Arantes; Pinheiro, 2020, p. 23-4).

## **PROJETO DE VIDA, EDUCAÇÃO MORAL E FORMA POLÍTICA**

O PV tem a pretensão de ser um componente curricular que busca desenvolver a autonomia individual nos limites da sociedade de classes, introduzindo novos elementos e traçando novas relações para uma renovação da *educação de valores*: intuito ou campo educativo que tem longa história, com variadas influências.

Tais concepções morais ou cívicas estiveram sempre em disputa, porque são formas políticas. Atualmente, o debate em torno da noção de “cidadania” e dos direitos humanos são colocados em novos termos não apenas numa base filantrópica ou voluntarista, mas dentro do “empreendedorismo social” e sob um prisma de concessão de direitos operados como serviços, enquanto contrapartidas ao êxito da contenção social (Catini, 2021a; 2021b).

Relacionado a isso, os projetos de vida, nunca conclusos, incorporam determinadas características de uma *educação ao longo da vida* (Rodrigues, 2008), matizando uma instrução para o trabalho sempre renovada, devido à flexibilidade e à “obsolescência humana” atuais do mercado de trabalho, com uma sempre revigorada mudança de hábitos e comportamentos pessoais, orientados até as projeções utópicas de futuro.

Forma-se uma intrincada engenharia motivacional da qual se exclui por princípio a origem da desmotivação. Essa engenharia motivacional no âmbito da educação não é especialmente nova: “Como alguns estudantes superam as dificuldades do ambiente socioeconômico?”, assim inicia o documento da OCDE do ano de 2011 que analisa os resultados do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos, de 2006 e 2009. Nesse documento, afirma-se que “[...] quanto mais motivados forem os alunos maiores serão as suas chances de estar no grupo dos resilientes” (OCDE, 2011, p.1).

Mesmo escapando os limites desse jogo de palavras motivacionais, a política adaptativa de baixo custo não recua. “A motivação, particularmente a de origem pessoal, interna, ao invés da motivação levada por estímulos externos – como a perspectiva de algum trabalho ou salário –, também se associa à resiliência em muitos países, mas essa relação não é tão forte” (OCDE, 2011, p.3). O documento necessita manter sua aposta central de “desenvolver as intenções pessoais” e “internas”, porque “[...] priorizar essas atividades para os estudantes de meios desfavorecidos é

crucial, pois esses estudantes muito dificilmente receberão tal apoio em outro lugar” (OCDE, 2011, p.4).

Observa-se cada vez mais investimentos educacionais num planejamento individualizado da vida, atrelado a uma espécie de excitação motivacional, cujo um dos maiores expoentes talvez seja o componente curricular PV e a sua margem de abertura para “conversas” sobre a “vida”. É justo admitir que se tem avançado, dentro da mesma lógica, em estímulos materiais que servem de complemento à projeção individualizada da vida, como o recente Programa Pé de Meia – lei nº 14.818/2024 (Brasil, 2024).

As competências socioemocionais são uma forte característica de mobilização individualizada e chamamento ao engajamento a um projeto. Quando coadunamos as CSE com o PV é que se evidencia, em certa parte, a mobilização *para quê*, correspondendo a uma proposta de projeção individual da própria vida, para que se tornem gestores de capital pessoal (Catini, 2020) e nada demandem do Estado burguês na luta de classes.

Nos materiais elaborados pelo Instituto iungo que trata sobre Projetos de Vida temos elencadas “três dimensões principais”: pessoal, profissional e social. Afirma-se que são sempre próprios de uma pessoa, ou seja, só podem ser construídos e conduzidos por aquele que o projeta a partir de perguntas como: quem sou eu?, o que eu quero fazer da minha vida?, o que desejo?, como gosto de viver?, quais são minhas habilidades?, terminando por afirmar que tais perguntas só recebem respostas a partir de exercícios ou experiências de autoconhecimento. Em seguida temos, “ao lado” do reconhecimento de si, o “eu com o outro”, a expressão socializada dessa individualidade auto projetada.

A moral renovada surge com o peso de uma “sugestão” agora curricularizada via base legal, subscrevendo certos limites ideológicos que suprem a lacuna formativa da imediata divisão social do trabalho. Uma reforma moral, como alerta Gramsci, não vem desacompanhada. Quando se completa – em certas individualidades e numa parcela da classe, já não se trata mais de uma moralização tão somente, mas uma transformação global que forja raízes profundas na individualidade em processo de subsunção. “Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também tal concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica” (Gramsci, 2024a, p. 45).

Uma instrução para o trabalho que é estabelecida afastando qualquer ética ou moralidade advinda de debates históricos, geográficos, sociológicos etc., só pode ser complementada por uma moralização heterônoma – no entanto, dissimulada como aquilo que de mais íntimo há em nós; que advém de outras instâncias que não do próprio trabalho, da própria atividade prática criadora e objetivadora, mas de outras esferas de reprodução ideológica e de organização civil – no caso em tela, dos APHs.

Tal intento de reforma moral, quase paradoxalmente, assevera “autonomia” de maneira prescritiva, impondo as conformidades e limites de tal autonomia, convertendo-se assim em autocontrole ou assujeitamento pessoal. “O esforço exigido para que se efetive esse autocontrole é maior nas condições do trabalho alienado” (Duarte, 2013, p. 31).

Havendo escassas compensações, o descompasso e a impaciência populares que, diga-se de passagem, não são novos – uma vez que “[...] a queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores atravessa [...] todo o período da manufatura” (Marx, 2013, p. 442) –, tornam-se os primeiros indícios que requerem que a classe trabalhadora lide ( contenha) com suas próprias emoções. As classes dominantes, não encontrando saída a curto prazo, reclamam por paciência, inaugurando novos pedidos de adiamento da melhora nas condições de vida, através de promessas e projetos futuros, necessitando uma intrincada rede de controle social com atuação mais localizada e por diferentes frentes, dentro e fora da rede pública escolar. Nesse ínterim, as redes formais de educação são modificadas para que se mantenha o terreno fundamental de disputa, a serem conquistadas pelo convencimento e a direção política burguesa.

Recontar a própria história, quantas vezes for necessário e cabível; sempre retornar ao ponto de partida, buscando um novo começo. Aqui está um valor primordial do capitalismo flexível: reinventar-se de modo inovador, ressignificar o que for necessário. Diante dos impactos que a vida pessoal recebe das condições que fogem ao controle do indivíduo (demissões, miserabilidade, crises migratórias, guerras etc.) o novo trabalhador tem de ser, em uma palavra, resiliente.

O projeto de vida não consiste de fato em projetar a vida nos mínimos detalhes, mas em dispor de imagens de futuro vulgarmente otimistas e sempre cambiantes, da habilidade de traçar prognósticos da vida por completo como se permanecêssemos onde nos encontramos hoje, ainda que nos seja imputado olhar tudo como “em curto prazo”, dentro de uma cultura do imediato. Julga-se que dessa forma não ficaremos embotados, à deriva dos dias como um derrotado diante das mudanças impremeditadas de percurso.

No Brasil, como em outras periferias dependentes, o trabalhador autônomo precarizado embotado da ideologia do empreendedorismo adquire contornos mais caricatos. Mesmo assim, tenta-se ensinar para o desenvolvimento do “empreendimento dos sonhos”, uma vez que “[...] a exigência do mérito pelos mais jovens é calcada em critérios muito mais subjetivos” (Costa, 2022, p. 236). Quando olhamos para a prática diária, alterna-se entre trabalhos provisórios, “bicos” e “freelas”, compondo a tessitura da distribuição de serviços a baixos salários, formado pela empregabilidade informal e “intermitente”.

O componente PV, na dimensão da educação de valores, consiste no “aprender a aprender” a planejar a vida, e não a planejá-la de fato. A requisição de pleno caráter é o que prega a renovada educação de valores, que delega sobre as costas do indivíduo a sua própria condição e a superação dela. A reconversão do caráter é conquistada quando a situação de fracasso exige que se encontre um novo senso de coerência ao ponto de ser capaz de se reinserir profissionalmente, de suplantar a insegurança do meio pela segurança da índole pessoal. Pela força da lei político-econômica exige-se um novo tirocínio ideológico, que encontra sua elaboração mais sistematizada nos novos círculos da cultura empresarial. “A agitação e o ‘se virar’ do dia a dia permite a longo prazo apenas uma identidade fragmentada” (Gruschka, 2014, p. 173). Muito próximo ao que treinam as competências socioemocionais, com a sua engenharia motivacional e uma vigília moral da força de trabalho sobre si mesma. “Pode-se concluir que uma das formas do controle atual é justamente a educação ao longo da vida, que extrapola os limites da instituição escolar no espaço e no tempo

(abrindo caminho, inclusive, para as ONGs, que se dedicam à educação não-formal)" (Souza, 2006, p. 202).

Costa (2022, p. 16), remetendo-se a Raymond Williams, afirma que ““a coisa mais importante que um trabalhador produz é sempre ele mesmo, tanto na condição específica de seu trabalho quanto na ênfase histórica mais ampla dos homens produzindo-se a si mesmos e a sua história, isto é, a produção e reprodução da vida real”. O autor registra que nos empreendimentos de *impacto social* é bastante comum que os trabalhadores

[...] exerçam essas atividades em modo *full time*, entrecruzando trabalho com momentos de lazer. A diferença é que o veem como empreendedorismo: isso significa para eles uma ruptura com um conjunto de normas que incluem horários fixos de trabalho e com a submissão a um patrão. Esse desejo de ruptura é manifestado por todos os meus interlocutores, mas aqui há uma ambição diferente, não por acaso expressa na ideia de sonho, isto é, do trabalho como realização de desejos e lugar de satisfação pessoal (Costa, 2022, p. 236).

Nessa tentativa dos trabalhadores e trabalhadoras de reinterpretar a própria história a fim de se encaixar na nova vida projetada decorre aquilo que Costa (2022, p. 16) chamou de “empreendedorismo popular”, emergido “[...] a partir do individualismo encravado na experiência popular e que remete a uma remota e persistente vida sem salário [...]”, afirmando que essa nova condição sincrética traz “[...] repercuções para além de seus aspectos econômicos *stricto sensu* e que impactam diretamente os modos de vida dos indivíduos” (Costa, 2022, p. 16). Assim, “[...] emerge o *ethos* do trabalho autônomo enraizado na cultura popular” (Costa, 2022, p. 230).

Em um processo de submissão formal, o trabalhador mantém ainda certa autonomia na organização do seu trabalho. “O capital apenas exerce controle jurídico sobre o trabalhador, sem ainda dominar completamente o processo produtivo” (Marx, 2013, p. 53). Com o amadurecimento da sociedade civil burguesa, organizando esferas culturais mais capilarizadas e vertebradas, estabelece-se mais mediações à subsunção real do trabalho ao capital, “[...] quando o capital não apenas controla juridicamente o trabalhador, mas também domina o processo de trabalho, organizando-o e disciplinando-o de acordo com suas necessidades” (Marx, 2013, p. 66). Essa disciplina não aparece mais como simples tirocínio mecânico, mas como *moralização*, construção de certos limites à própria personalidade.

A personalidade se constrói pela unificação sujeito-mundo. Um sujeito “sem mundo” – relegado ao imediato aparente – produz acerca de si sentidos ideológicos imediatistas e aparentes, tão impermanentes quanto a sucessão de eventos “externos” que lhe atingem pelos sentidos. A descontinuidade ideológica reverte-se à personalidade, que se molda mais facilmente, de maneira fortuita, às demandas cambiantes da produção *just-in-time*, campo de difusão privilegiado para o fascismo (Adorno, 1995; 2020). Como unidade da atividade imediata, geralmente empobrecida e estranhada, conforma-se também uma personalidade *just-in-time*.

Nos materiais do iungo, além do que foi posto, o voluntariado representa um valor fundamental e a relação estabelecida com as instituições e com os demais não vai muito além de cimentar, no plano superestrutural, uma ideal harmonia assujeitada à expropriação. Nesses termos, é preciso lembrar que “[...] a individualidade em si não é necessariamente alienada, mas, quando

as condições sociais não permitem que haja o movimento da individualidade em si à individualidade para si, trata-se de um processo de alienação” (Duarte, 2013, p. 206). Isto é, tal estado não é caracterizado pela existência de um em si, mas pela limitação da vida tão somente a ele. Aprende-se a reproduzir a si próprio de forma cada vez mais afeiçoada com o que demanda o capital em sua fisionomia, estratégias e ferramentas mais atualizadas.

O teor conformista da proposta curricular do Projeto de Vida se costura com seu caráter empreendimentista da dimensão da atividade humana produtiva, com uma contrafeita realização pessoal daqueles que precisam conhecer a violência do capital não para se opor a ela, mas para construir, a partir dela, projetos individualistas que garantam sua sobrevivência. No interior da sociabilidade burguesa, com a generalização da forma trabalho assalariado, “[...] quanto mais [...] o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida” (Marx, 2010, p. 81.). Em momentos de crise estrutural, com a qual nos defrontamos, há o esgarçamento dessa contradição: “[...] o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, [...] mortifica sua *physis* e arruina o seu espírito” (Marx, 2010, p. 82).

O planejamento particularista da própria vida funcional é uma maneira pela qual se busca um sentido individual para o processo de trabalho, mas ressalta-se: parte das condições sócio-históricas dadas como naturais, ou de forma eufemista, como “desafios” do “contexto”. Ao realizar essa naturalização, o Projeto de Vida particularista aprofunda e reproduz o estranhamento, porque ao sujeito humano, “[...] faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual [...]” (Marx, 2010, p.84), reifica-se a relação com outros seres humanos a partir de critérios subjetivos individuais, tornando-os mediações coisificadas, em vistas das “próprias” aspirações, acabando por estranhar do homem o gênero [humano]. Pouco mais do que o acaso é o que leva os projetos de vida particularistas a se relacionarem, fortuitamente, na sociabilidade atomizada do capital, como um grande meio para finalidades privadas. A coisificação das relações se coaduna perfeitamente com a fetichização da individualidade que se autoconhece em si mesma, estranhada da condição humana geral, condição de autoestranhamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo os reformadores, não vale a pena aprender o que chamam de conhecimentos específicos (conhecimentos escolares, organizados nas áreas e disciplinas), mas atitudes difusas para lidar com as instabilidades atuais do mundo do trabalho. O currículo auspicioso é, antes de tudo, atitudinal, comportamental, trabalha a identidade em performance, uma espécie de espelhamento e autoidentificação, e, por conta disso, buscamos afirmar que se trata de uma moralização renovada em suas bases e da realização de determinados engodos que nos assombram por mais de dois decênios.

Com o discurso do jovem protagonista e das metodologias ativas consolida-se um tipo de politização mais individualizada, o que nos parece constitutivo de uma busca por intervir na construção de "identidades profissionais" e na moralidade, elementos que precisam ser discutidos em pesquisas futuras. É reforçada a prática do “fazer” de serviços dentro de um currículo

organizado por comportamentos e respostas emocionais. “O fazer, ou a prestação gratuita de bens e serviços, é apresentado como oportunidade de participação e atuação social, prática de cidadania, e é, por vezes, nomeado como trabalho voluntário”, “[...] a justificativa apresentada nunca é a caridade, fraternidade ou o amor ao próximo, mas a ‘transformação do mundo’, a ‘mudança social’ ou a ‘solução dos problemas sociais’” (Souza, 2009, p. 17).

Nesse discurso encapsulado se recria a concepção de atuação política num horizonte da vida individual, como um discurso que se quer sem política – sem instituições, Estado, sem conflito, partido político, sem revolta e revolução, mas notadamente politizante. Há tempos, busca-se escamotear a grande política pela moralização e pelos valores, ganhando destaque essa pequena política raquítica do voluntariado e da abnegação profissional. É certo que a grande política não some, é retomada na sequência, como adendo, no interior dessa visão da moral individual.

Não há moralização da vida funcional ou planejamento comportamental da vida individual que resolva o estranhamento das relações sociais, no interior do metabolismo social vinculado à propriedade privada dos meios de produção. Essa realidade que leva o trabalhador a somente sentir-se “[...] junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (Marx, 2010, p.83) só sobrevive com variadas e sucessivas tentativas individuais da “retomada de si”, da “busca do eu perdido” ou da “própria autenticidade” etc., que vão desde narrativas da indústria cultural, até peculiaridades como a difusão do budismo, do estoicismo, das “éticas empresariais”, das várias intervenções psicoterapêuticas, muitas sob a salvaguarda do Estado (Chaves; Evangelista, 2020).

Uma vez que não é possível encontrar a humanidade do sujeito no ato da produção de si, no interior do trabalho, de maneira ativa, contínua e progressiva, volta-se à busca de um eu interior, na memória, idealizado na juventude ou projetado idealmente em um futuro, como vimos na seção que antecede a esta. A criatura política autoestranhada busca nos porões da consciência a autenticidade que não se realiza no conjunto das relações reais (Adorno, 1996), perdidas por entre papéis sociais e performances variadas que aparecem como formas de adulção e dissimulação generalizadas. O ensimesmamento abordado, fratura o indivíduo entre imagens de si projetadas ao futuro ou ao passado e àquilo que estranhamente se faz na objetivação concreta, diariamente. Esse antagonismo real de classe refrata-se individualmente e conquista certa autonomia ressurgindo enquanto espectro difuso de conflitos subjetivos, justamente porque precisa, para sobrevivência do corpo, responder às demandas desse mundo do trabalho que pressiona cada vez mais as condições de subsistência na relação de exploração capital-trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 6<sup>a</sup> edição, 2012.

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ADORNO, T. W. **Teoria da Semicultura**. Educação e Sociedade. Ano XVII, nº.56, pp. 388-411, 1996.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. **Aspectos do novo radicalismo de direita.** Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ALVAREZ, L. **Professor tem de se tornar um mediador de conflitos de interesses.** 2021. Disponível em: <https://porvir.org/professor-tem-de-ser-tornar-um-mediador-de-conflitos-de-interesses/>. Acesso em 17 nov. 2024.

ARAÚJO, U.; ARANTES, V.; PINHEIRO, V. **Projetos de vida:** fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais. Summus Editorial, São Paulo: 2020.

BANBIRRA, V. **Quem domina o Estado no Brasil?** S.d., s.p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bambirra/ano/mes/51.htm>. Acesso em 02 set. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015:** Mente, Sociedade e Comportamento. 2015. Overview booklet. Washington, D.C.

BRASIL. **Lei n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024.** Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera as Leis n.º 13.999, de 18 de maio de 2020, e n.º 14.075, de 22 de outubro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 17 jan. 2024.

CATINI, C. de R. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP** nº 127. p. 53-68. out/nov/dez 2020. São Paulo: 2020.

CATINI, C. de R. A educação bancária: “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 90–118, 2021a.

CATINI, C. de R. Pedagogia da Catástrofe. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.9, n.3, dez. 2021b, p. 99-128.

CHAVES, P. M.; EVANGELISTA, O. Servidão benevolente até a morte? **Contrapoder**: 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/servidao-benevolente-ate-a-morte/>. Acesso em 17 nov. 2024.

CHAVES, P. M.; FORMIGHERI, G. L. Instituto iungo e a juventude no ensino médio: ‘projeção da vida’ subordinada ao capital. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 545–576, 2022.

COSTA, H. **Um lugar ao sol:** utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2022.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus, 2009.

DECKER, A.; EVANGELISTA, O. Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista. **Roteiro**. v. 44, n. 3, 2019.

DUARTE, N. **A individualidade para si:** contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3<sup>a</sup> ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

EVANGELISTA, O. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 35, p. 85-106, 2021.

FELISBERTO COSTA, M.; MUELLER, R. R. Cultura e trabalho no Novo Ensino Médio (NEM): o canto da sereia sob novas ideias e novos valores. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 375–385, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/58234>. Acesso em: 3 set. 2025.

FORMIGHERI, G. **As competências socioemocionais e o Projeto de Vida do Novo Ensino Médio**: uma moralização renovada para a classe trabalhadora. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Caderno 10 (XXXIII): 1932–1935: A filosofia de Benedetto Croce. Tradução IGS-Brasil; edição eletrônica. 1. ed. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024a. PDF. ISBN 978-65-83079-19-0. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em 9 set. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: caderno 13 (XXX), 1932-1934: notas sobre a política de Maquiavel [livro eletrônico]. Tradução de Anita Schlesener; Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024b. 127 p. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em: 10 set. 2025.

GRUSCHKA, A. **Frieza burguesa e educação**: a frieza como mal-estar moral da cultura burguesa da educação. Trad. Erika Hansen Gonçalves et al. Campinas: Autores Associados, 2014.

INSTITUTO MRV. **Página Inicial**. s. d. Disponível em: <https://institutomrv.com.br/>. Acesso em 17 nov. 2024.

INSTITUTO MRV. **Relatório de atividades**. 2018. Disponível em: <https://institutomrv.com.br/transparencia/relatorio-de-atividades/>. Acesso em 17 nov. 2024.

INSTITUTO MRV. **Demonstração Financeira**. 2020. Disponível em: <https://institutomrv.com.br/documento-transparencia/demonstracao-financeira-2020/>. Acesso em 17 nov. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório OSCIP e OS**: Perfil das Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em atividade no Brasil, 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/relatorio-oscip-e-os>. Acesso em: 03 set. 2025.

IUNGO. **Formação de professores na parceria com o governo de SC**. S. d., s. p. Disponível em: <https://iungo.org.br/parceria-iungo-e-secretaria-de-estado-da-educacao-de-santa-catarina/>. Acesso em 17 nov. 2024.

IUNGO, Instituto. **Sobre o Instituto iungo**. S. d. s. p. Disponível em: <https://iungo.org.br/sobre/#quem-somos>. Acesso em: 17 nov. 2024.

IUNGO, Instituto. **Governo de Minas e Instituto iungo celebram conquistas da parceria para a formação de professores do estado**. s. d., s. p. Disponível em:

<https://iungo.org.br/governo-de-minas-e-instituto-iungo-celebram-conquistas-da-parceria-para-a-formacao-de-professores-do-estado/>. Acesso em 22 jun. 2023.

LIGUORI, G. Aparelho hegemônico. In: Liguori, G.; Voza, P. **Dicionário Gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 44-45.

LIDE. Eduardo Fischer e Rafael Menin: com experiência de compra 100% digitalizada, MRV alcança recorde histórico de vendas. **Revista Lide**. 2020. Disponível em:

<https://robbreportbrasil.com.br/noticias/gestao/eduardo-fischer-e-rafael-menin-com-experiencia-de-compra-100-digitalizada-mrv-alanca-recorde-historico-de-vendas>. Acesso em: 17 nov. 2024.

LUKÁCS. G. **Para a ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MACIEL, A. O lobby é a alma do negócio. **Agência Pública**. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/o-lobby-e-a-alma-do-negocio/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MARTINS, A. S.; PIRES, M. D. M.; LOPES, M. J. A contribuição de Gramsci para a pesquisa sobre o projeto da classe burguesa para a educação brasileira. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, p. e0212, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24666>. Acesso em: 2 set. 2025.

MARTINS, A. M. S. NEVES, L. M. W. **Cultura e transformação social**: Gramsci, Thompson e Williams. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MP-PR. MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Consumidor**. 2019. Disponível em: [MP processa MRV por falhas no programa Minha Casa Minha Vida | MPPR](https://mp.pr.gov.br/processa-mrv-por-falhas-no-programa-minha-casa-minha-vida-mppr). Acesso em: 17 nov. 2024.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10ª ed. São Paulo: Corteza, 2012.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Como alguns estudantes superam as dificuldades do ambiente socioeconômico? **Pisa em Foco nº 5**. 2011. Disponível para download em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/pisa-em-foco>. Acesso em 17 nov. 2024.

PRONKO, M. A. Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 167–180, jan./jun. 2019.

RODRIGUES, M. M. **Educação ao longo da vida**: a eterna obsolescência humana. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2008.

SED-SC. **Ensino Médio Integral em Tempo Integral**. S. d., s. p. Disponível em: <https://www2.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/27909-ensino-medio-em-tempo-integral>. Acesso em 17 nov. 2024.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, Capital e Educação: Reflexões Sobre Hegemonia e Redes De Governança. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago. 2014.

SOUZA, R. M. de. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006.

SOUZA, R. M. de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 2009, vol. 1, n. 1, p. 1-28.

WILLIAMS, R. Determinar. In: WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em: 20 de setembro de 2025

Aprovado em: 08 de dezembro de 2025